

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

S02 - ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II

Turno: MANHÃ

Tipo de Prova
1

A marcação do tipo de prova no cartão de respostas é obrigatória. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e o candidato estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Há certo gosto em pensar sozinho. É ato individual, como nascer e morrer.”
(Carlos Drummond de Andrade)

ATENÇÃO

Este caderno contém cem questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E).

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4h e 30min

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Sr. Candidato, ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar a capa de sala.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Para compreender a importância histórica da Casa dos Açores – Museu é preciso lembrar fatos importantes que ocorreram na região de São Miguel. Em meados do século XVIII - por volta de 1747 -, o rei D. João V de Portugal aproveitou a escassez de habitantes nas terras portuguesas do sul do Brasil para resolver dois problemas do reino: a ocupação efetiva dessas terras e a diminuição dos problemas populacionais e alimentares nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, com a instituição de fluxos migratórios de habitantes das ilhas dos arquipélagos para, inicialmente, a Ilha de Santa Catarina e arredores. Isso fez com que centenas de famílias se candidatassem para a experiência de colonizar uma região sobre a qual pouco conheciam.

In: <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/casadosacores/historia-do-local> - acessado em novembro de 2022

Questão 1

Os conectivos evidenciam as relações semânticas estabelecidas entre as orações. Reescrevendo a primeira oração do texto, sem alteração de sentido, poderíamos obter a seguinte construção:

- (A) Apesar de compreender a importância histórica da Casa dos Açores.
- (B) Ao compreender a importância histórica da Casa dos Açores .
- (C) Além de compreender a importância histórica da Casa dos Açores.
- (D) A fim de compreender a importância histórica da Casa dos Açores.
- (E) Quando compreender a importância histórica da Casa dos Açores.

Questão 2

Os pronomes estabelecem coesão, ligação entre as partes do texto, retomando ou antecipando termos ou ideias. No último período, o pronome “isso”:

- (A) antecipa a ideia de que centenas de famílias instalaram-se nas ilhas açorianas.
- (B) retoma a ocupação efetiva das terras portuguesas do sul do Brasil pelos catarinenses.
- (C) antecipa a experiência de colonizar uma região que Don João V de Portugal já conhecia.
- (D) retoma a importância histórica da Casa dos Açores para a colonização de Santa Catarina.
- (E) retoma a insituição de fluxos migratórios para Santa Catarina e arredores pelo rei de Portugal.

Questão 3

Em “o rei D. João V de Portugal aproveitou a escassez de habitantes nas terras portuguesas do sul do Brasil para resolver dois problemas do reino”, o vocábulo escassez pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- (A) relevância.
- (B) falta.
- (C) abundância.
- (D) necessidade.
- (E) problemática.

Questão 4

Em “é preciso lembrar fatos importantes que ocorreram na região de São Miguel” o trecho sublinhado pode ser substituído por:

- (A) ocorridos na região de São Miguel.
- (B) onde ocorreram na região de São Miguel.
- (C) acontecido na região de São Miguel.
- (D) nos quais ocorreram na região de São Miguel.
- (E) passado na região de São Miguel.

Questão 5

A redação oficial deve obedecer às regras da norma culta e aos princípios estabelecidos pelos manuais oficiais. Desse modo, para dirigir-se aos chefes de Poder, utiliza-se a expressão “Excelentíssimo” ou Excelentíssima”, seguida do cargo respectivo. As demais autoridades :

- (A) poderão ser tratadas pelo nome mais conhecido, seguido da expressão Meu Senhor ou Minha Senhora.
- (B) serão tratadas apenas pelo cargo que ocupam, sem nenhuma outra expressão.
- (C) receberão o vocativo Senhor ou Senhora, seguido do cargo respectivo.
- (D) jamais deverão receber o tratamento de Senhor ou Senhora, pois não se reconhece o estado civil delas.
- (E) Também devem ser tratadas com a expressão “Excelentíssimo” ou “Excelentíssima”.

Questão 6

No encerramento de um documento oficial, segundo as regras estabelecidas pelo Manual de Redação Oficial do Governo de Santa Catarina, emprega-se:

- (A) Amistosamente – para comunicações endereçadas a autoridades de hierarquia superior à do emissor, seguido de vírgula.
- (B) Atenciosamente – para comunicações endereçadas a autoridades de igual hierarquia ou de hierarquia inferior à do emissor, e a particulares, sem vírgula.
- (C) Atenciosamente – para comunicações endereçadas a autoridades de hierarquia superior à do emissor, e a particulares, seguido de vírgula.
- (D) Respeitosamente – para comunicações endereçadas a autoridades de hierarquia superior à do emissor, seguido de vírgula.
- (E) Respeitosamente – para comunicações endereçadas a autoridades de hierarquia superior à do emissor, sem vírgula.

Questão 7

No âmbito de Santa Catarina, a comunicação interna e externa escrita que as autoridades estabelecem entre si, com instituições públicas e privadas, e com particulares, em caráter oficial, atualmente e em consonância com o Manual de Redação Oficial da Presidência da República é a(o):

- (A) Instrução normativa.
- (B) Despacho.
- (C) Ofício.
- (D) Portaria.
- (E) Edital.

Questão 8**Tendo a Lua***Paralamas do Sucesso*

Eu hoje joguei tanta coisa fora
Vi o meu passado passar por mim
Cartas e fotografias gente que foi embora
A casa fica bem melhor assim
O céu de Ícaro tem mais poesia que o de Galileu
E lendo teus bilhetes, eu penso no que fiz
Querendo ver o mais distante e sem saber voar
Desprezando as asas que você me deu
Tendo a lua
aquela gravidade onde o homem flutua
Merecia a visita não de militares,
mas de bailarinos
e de você e eu.

In: <https://www.letras.mus.br/os-paralamas-do-sucesso/30133/>. Acessado em novembro de 2022

“Tendo a lua”, no verso 9, expressa circunstância de:

- (A) explicação.
- (B) concessão.
- (C) causa.
- (D) consequência.
- (E) comparação.

Questão 9

No verso “Vi o meu passado passar por mim”, o pronome oblíquo está corretamente empregado, como em:

- (A) Não há mais problemas com ela e eu.
- (B) Foi a melhor decisão para eu e você.
- (C) Essa decisão é para mim tomar sozinho.
- (D) Entre eu e você, há bastante sinceridade.
- (E) Não há mais segredos entre mim e você.

Questão 10

Nas canções populares, é adequada a utilização de linguagem menos formal, diferente de correspondências oficiais ou textos de documentos. O verso “O céu de Ícaro tem mais poesia que o de Galileu”, se fosse reescrito no nível formal da língua portuguesa, teria a seguinte forma:

- (A) O céu de Ícaro tem mais poesias que o de Galileu.
- (B) No céu de Ícaro, há mais poesia do que no de Galileu.
- (C) O céu de Ícaro e o de Galileu possui mais poesia.
- (D) No céu de Ícaro, possui mais poesia que de Galileu.
- (E) Houveram mais poesias no céu de Ícaro do que no céu de Galileu.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

Questão 11

Considerando a seguinte sequência de números naturais:

3 - 7 - 15 - 31 - ...

O sexto elemento dessa sequência é:

- (A) 127.
- (B) 125.
- (C) 120.
- (D) 124.
- (E) 126.

Questão 12

Rômulo e Luísa são irmãos e sabe-se que Luísa é 7 anos mais velha que Rômulo. Somando a idade de Rômulo, Luísa e da mãe o resultado é 108. Sabendo que a soma das idades dos irmãos mais 42 é a idade da mãe, a idade de Rômulo é :

- (A) 10.
- (B) 11.
- (C) 12.
- (D) 13.
- (E) 14.

Questão 13

Sendo os conjuntos finitos $A = \{3, 7, 11, 13, 17\}$ e $B = \{2, 3, 4, 5, 6, 7\}$, o total de elementos da união entre A e B é:

- (A) 11.
- (B) 10.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 7.

Questão 14

Em uma empresa 42 colaboradores têm habilitação categoria B, 32 funcionários têm habilitação categoria A, 15 funcionários possuem habilitação das duas categorias. Sendo assim, o número de colaboradores que possuem habilitação apenas na categoria B é:

- (A) 27.
- (B) 26.
- (C) 25.
- (D) 24.
- (E) 23.

Questão 15

Alfredo, que é um bom aluno, tem um acordo com o pai: se ele mantiver as notas altas, recebe aumento de 10% na mesada a cada mês. Sabe-se que a mesada inicial de Alfredo era de R\$100,00. Considerando que Alfredo manteve as notas altas durante todo o ano letivo, o valor da mesada após o terceiro mês será:

- (A) R\$130,00
- (B) R\$132,00
- (C) R\$133,10
- (D) R\$133,20
- (E) R\$133,33

Questão 16

José possui um relógio que funciona bem, porém não marca corretamente as horas. Se o seu relógio marca 15:09, são realmente 14:37. Dessa forma, quando for 19:30 o relógio de José estará marcando:

- (A) 20:12.
- (B) 20:13.
- (C) 20:14.
- (D) 20:15.
- (E) 20:16.

Questão 17

Sabe-se que no futebol quando um time ganha ele recebe 3 pontos, quando há empate 1 e quando perde não ganha pontos.

Se depois de 4 jogos um time tem 6 pontos, é correto afirmar que o time:

- (A) ganhou exatamente dois jogos.
- (B) teve pelo menos uma vitória.
- (C) teve exatamente três empates.
- (D) teve pelo menos uma derrota.
- (E) teve pelo menos um empate.

Questão 18

Em uma aula de arte marcial há 15 homens e 9 mulheres. A cada mês 3 novos homens e 4 novas mulheres se juntam à aula. O total de participantes no mês em que o número de homens se iguala ao número de mulheres é:

- (A) 62.
- (B) 64.
- (C) 66.
- (D) 68.
- (E) 70.

Questão 19

Duas amigas realizaram um investimento em um regime de juros simples. A primeira aplicou R\$1200,00 durante 6 meses sob a taxa de 3% ao mês. A segunda amiga aplicou R\$800,00 durante 4 meses sob a taxa de 5% ao mês. O valor da diferença entre os valores de juros obtidos pelas duas amigas é de:

- (A) R\$52,00
- (B) R\$53,00.
- (C) R\$54,00.
- (D) R\$55,00.
- (E) R\$56,00.

Questão 20

Em uma sala de aula há N alunos. O professor afirma aos alunos que há pelo menos 3 alunos diferentes fazendo aniversário no mesmo mês. Para tornar essa afirmação obrigatoriamente verdadeira, o valor mínimo de N é:

- (A) 3.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 24.
- (E) 25.

**LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Questão 21**

A Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Para os fins desta Lei, considera-se dado pessoal sensível, dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- (B) A Lei se aplica ao tratamento de dado pessoal realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômico.
- (C) A Lei se aplica ao tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivos de defesa nacional e segurança do Estado.
- (D) A Lei se aplica a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional.
- (E) Cabe ao operador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei, sendo aproveitado, se possível, o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

Questão 22

A proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- (A) o respeito à privacidade, à livre iniciativa, ao monopólio e a defesa do consumidor.
- (B) o respeito à privacidade, à autodeterminação informativa e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- (C) o respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem e a defesa do fornecedor.
- (D) o respeito à privacidade, aos direitos humanos, ao livre desenvolvimento da personalidade e à defesa nacional.
- (E) o respeito à privacidade, ao desenvolvimento econômico e tecnológico e à autodefesa informativa.

Questão 23

Segundo a Constituição do Estado de Santa Catarina, é vedada a acumulação renumerada de cargos públicos, EXCETO:

- (A) a acumulação renumerada de dois cargos públicos de professor, mesmo havendo compatibilidade de horários.
- (B) a acumulação renumerada de dois cargos de públicos de professor, quando houver compatibilidade de horário.
- (C) a acumulação renumerada de dois cargos científicos, exceto quando exercidas em autarquias distintas.
- (D) a acumulação renumerada de três cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.
- (E) a acumulação remunerada do cargo de procurador com o de contador, quando exercidos no mesmo órgão.

Questão 24

Sobre a admissão ao serviço público, é correto afirmar que:

- (A) a admissão ao serviço estadual dependerá sempre de aprovação prévia em concurso público, que será precedido de duas publicações de edital com ampla divulgação.
- (B) a posse terá lugar no prazo de 35 (trinta e cinco) dias da data da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial, podendo ser prorrogada por igual período.
- (C) o servidor nomeado para cargo efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo para o qual prestou concurso público, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à confirmação no cargo para o qual foi nomeado.
- (D) como requisitos básicos para o estágio probatórios estão: a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais e a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- (E) ao funcionário em estágio probatório será dada ciência, semestralmente, do processo de acompanhamento do seu desempenho.

Questão 25

À luz da Lei Complementar nº 491 de 20 de janeiro de 2010, a Administração Pública obedecerá aos princípios:

- (A) da legalidade, da segurança jurídica e da razoável duração do processo.
- (B) da legalidade, da pessoalidade e proporcionalidade e da moralidade.
- (C) da legalidade, da finalidade e do interesse privado.
- (D) da legalidade, da impessoalidade e da eficácia.
- (E) da legalidade, da pessoalidade e da autotutela.

Questão 26

Maria, funcionária pública, em função do seu cargo deve manter sigilo de proposta de concorrência pública, sob pena de:

- (A) detenção, de três meses a um ano, e multa.
- (B) detenção, de três meses a dois anos, e multa.
- (C) detenção, de três meses a quatro anos, e multa.
- (D) reclusão, de três meses a um ano, e multa.
- (E) reclusão, de três meses a dois anos, e multa.

Questão 27

A Administração Pública instaurou processo administrativo perante determinado servidor público devido ao indício de ter cometido crime de prevaricação. Durante a instrução, foram requisitadas ao setor de informática as referidas cópias das correspondências de e-mail funcional do referido servidor. A prova colhida é lícita?

- (A) Não, pois fere o Art. 5º, incisos X e XII da CF/88 que protege o sigilo das comunicações telemáticas.
- (B) Não, pois é necessária uma autorização judicial para a quebra sigilo das comunicações telemáticas.
- (C) Sim, pois o servidor fez uso de e-mail corporativo para cometimento dos ilícitos.
- (D) Sim, pois não há necessidade de autorização judicial para a quebra das comunicações telemáticas.
- (E) Sim, pois a quebra do sigilo mesmo que tenha violado à intimidade do servidor, provou o ato ilícito cometido.

Questão 28

Conforme a Lei nº 6.745/1985, na remoção de funcionário público deverão ser observados certos requisitos legais. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando fundada na necessidade de pessoal recairá, preferencialmente, sobre o funcionário com mais tempo de serviço.
- (B) A remoção por permuta será processada à vista de pedido conjunto dos interessados, sem necessidade de que sejam ocupantes do mesmo cargo.
- (C) É assegurada a remoção, a pedido, para outra localidade, por motivo de saúde, desde que fiquem comprovadas por laudo médico as razões apresentadas pelo funcionário.
- (D) O deslocamento do funcionário, de um para outro órgão do serviço público estadual, dependente de mudança da sede funcional, efetivando-se assim a remoção.
- (E) Na remoção de funcionários em estágio probatório não se aplicam as disposições legais, exceto por motivo de saúde.

Questão 29

Marcos, servidor público estável, foi demitido por meio processo administrativo. Insatisfeito, ingressou com a devida ação judicial, onde teve invalidada a decisão administrativa de demissão. Sobre a situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) Marcos não poderá ser reintegrado, caso já tenha sido substituído por outro servidor público, mesmo com a sua sentença de demissão invalidada judicialmente.
- (B) Marcos não poderá ser reintegrado e nem posto em disponibilidade, caso extinto o seu cargo ou declarada a sua desnecessidade, mesmo com a sua sentença de demissão invalidada judicialmente.
- (C) Marcos será reintegrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, terá direito à indenização e aproveitado em outro cargo e caso posto em disponibilidade terá remuneração integral ao último cargo ocupado.
- (D) Marcos será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) Marcos será integrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, não terá direito à indenização e caso posto em disponibilidade terá remuneração integral ao último cargo ocupado.

Questão 30

Segundo a Lei Complementar nº 491 de 20 de janeiro de 2010 fica impedido de atuar em processo administrativo como membro da comissão:

- (A) o servidor que esteja em estágio probatório.
- (B) o servidor estável que exerça cargo de confiança.
- (C) o servidor estável que já esteja participando de outra comissão em sindicância diversa.
- (D) o servidor estável que não é perito no assunto.
- (E) o servidor que exerce conjuntamente em cargo de comissão.

INFORMÁTICA BÁSICA**Questão 31**

Observe a imagem.



No Excel este tipo de gráfico é chamado:
(Referência MS Excel 2010)

- (A) Bolhas.
- (B) Pizza.
- (C) Barras.
- (D) Dispersão.
- (E) Área.

Questão 32

Uma planilha Excel possui os seguintes conteúdos nas células:

A1=12 B1=5 C1=ALEATÓRIOENTRE(B1; A1)

O valor da célula D1, se a mesma contivesse a fórmula:

=C1 + (A1-C1) + B1, seria:

(Referência MS Excel 2010)

- (A) 22.
- (B) 17.
- (C) 14.
- (D) 21.
- (E) 7.

Questão 33

Podemos conectar um SSD Disk (interno) no seguinte tipo de interface:

- (A) SVGA.
- (B) HDMI.
- (C) VGA.
- (D) SATA.
- (E) SSDIX.

Questão 34

Em uma edição utilizando-se o MS Word, se queremos criar um link para alguma URL, podemos utilizar a função Hiperlink que se encontra no seguinte item da Barra de Ferramentas:

(Referência MS Word 2010)

- (A) Referências.
- (B) Correspondências.
- (C) Revisão.
- (D) Exibição.
- (E) Inserir.

Questão 35

Numa Edição de Slides, utilizando-se o MS Power Point, encontramos como itens de uma das opções da barra de ferramentas as seguintes alternativas: Revelar, Descobrir, Recortar, Cobrir, entre outras. Estes itens estão disponíveis na seguinte Barra de Ferramentas:

(Referência MS Power Point 2010)

- (A) Design.
- (B) Inserir.
- (C) Transições.
- (D) Animações.
- (E) Apresentação de Slides.

Questão 36

O envio em de E-mails em simultâneo para grandes quantidades de destinatários é chamado:

- (A) Ransomware.
- (B) Spyware.
- (C) Trojan Horse.
- (D) Spam.
- (E) Adware.

Questão 37

Um dos principais produtos da Microsoft para reuniões é o Teams.

O site <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/> oferece versões gratuitas do software com limitações de tempo e participantes. Uma dessas versões gratuitas é:

- (A) 20 minutos e 10 participantes.
- (B) 30 minutos e 30 participantes.
- (C) 50 minutos e 60 participantes.
- (D) 60 minutos e 100 participantes.
- (E) 30 horas e 300 participantes.

Questão 38

Dos SGBD abaixo, aquele que possui versões gratuitas e de código aberto chama-se:

- (A) PostgreSQL.
- (B) ORACLE.
- (C) IBM DB2.
- (D) SQL Server.
- (E) ADABAS.

Questão 39

Dos dispositivos abaixo, aquele caracterizado como dispositivo de entrada e saída de dados denomina-se:

- (A) Teclado.
- (B) Mouse.
- (C) Monitor.
- (D) Scanner.
- (E) Pen Drive.

Questão 40

Esses ícones representam uma categoria de softwares:



Esta categoria chama-se:

- (A) Bancos de Dados.
- (B) Antivírus.
- (C) Compactadores de arquivos.
- (D) Software de Backup.
- (E) Gerenciadores de Senhas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 41

Os agentes públicos, no exercício de suas funções, obedecerão ao princípio da legalidade e aos seguintes também explícitos na Constituição Federal Brasileira de 1988:

- (A) pessoalidade e publicidade.
- (B) impessoalidade e eficiência.
- (C) supremacia do interesse público e moralidade.
- (D) impessoalidade e boa-fé.
- (E) pessoalidade e disponibilidade.

Questão 42

Sobre a prescrição administrativa no processo de revisão disciplinar, é correto afirmar que:

- (A) as infrações administrativas disciplinares não estão sujeitas à prescrição.
- (B) as infrações administrativas disciplinares prescreverão em 5 (cinco anos) no caso de suspensão.
- (C) as infrações administrativas prescreverão em 4 (quatro) anos no caso de suspensão.
- (D) as infrações administrativas prescreverão em 2 (dois) anos no caso de suspensão.
- (E) as infrações administrativas prescreverão em 180 (cento e oitenta) dias no caso de suspensão.

Questão 43

Para que a Administração Pública realize compras governamentais, faz-se necessário, em sua maioria, a realização de um ato administrativo formal chamado de licitação. Sobre as modalidades de licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) Pregão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (B) Leilão: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais, cujo critério de julgamento poderá ser o menor preço.
- (C) Concorrência: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (D) Concurso: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais, cujo critério de julgamento poderá ser melhor técnica ou conteúdo artístico.
- (E) Diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

Questão 44

À luz da Lei Complementar nº 741/2019, no que diz respeito à autarquia cuja competência específica está prevista em seu ato legal de criação, a alternativa correta é:

- (A) A Casa Civil.
- (B) A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social.
- (C) A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.
- (D) A Procuradoria Geral do Estado.
- (E) A Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos.

Questão 45

A administração pública direta é composta por órgãos ligados diretamente aos entes da Federação. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- (A) as autarquias fazem parte da administração pública direta.
- (B) a Prefeitura e suas Secretarias fazem parte da administração pública direta.
- (C) as sociedades de economia mista fazem parte da administração pública direta.
- (D) o Banco do Brasil faz parte da administração pública direta.
- (E) as fundações públicas fazem parte da administração pública direta.

Questão 46

Paulo, nascido nos Estados Unidos, filho de pais brasileiros que vivem legalmente no país, quando completou 16 anos, decidiu residir no país junto aos seus familiares e, após completar a maioridade, decidiu optar pela nacionalidade brasileira. À luz da Constituição Federal, Paulo poderá entrar com o pedido de nacionalidade brasileira? Ele será considerado brasileiro nato ou naturalizado?

- (A) Paulo não poderá pedir a nacionalidade brasileira, pois nasceu e foi criado nos Estados Unidos, sendo este seu país de origem.
- (B) Paulo não poderá pedir a nacionalidade brasileira, pois seus pais residiam legalmente nos Estados Unidos, sendo este seu país de origem.
- (C) Paulo será considerado brasileiro naturalizado, pois nasceu e cresceu nos Estados Unidos, sendo este seu país de origem.
- (D) Paulo será considerado brasileiro naturalizado, pois seus pais residiam legalmente nos Estados Unidos, sendo este seu país de origem.
- (E) Paulo será considerado brasileiro nato pois antes de completar a maioridade veio residir no Brasil, quando então decidiu optar pela nacionalidade brasileira.

Questão 47

Cabe privativamente ao Presidente da República:

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central.
- (B) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (C) a alteração da organização e da divisão judiciária.
- (D) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos.
- (E) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

Questão 48

Na hipótese de a Administração Pública praticar ato administrativo ilegal que repercute na esfera jurídica de interesse individual do administrado, cabe a ela o poder de anular os seus próprios atos? Faça o julgamento e marque a alternativa correta:

- (A) Sim, cabe à administração pública anular os seus próprios atos através do princípio da autotutela, visto que o ato foi reconhecido como ilegal, sem a necessidade de instauração de processo administrativo.
- (B) Sim, cabe à Administração Pública anular os seus próprios atos por meio do princípio da autotutela, visto que o ato foi reconhecido como ilegal, porém é necessária a prévia instauração de procedimento administrativo.
- (C) Não, cabe somente à administração pública revogar os seus próprios atos através do princípio da autotutela, visto que o ato foi reconhecido como ilegal, sem a necessidade de instauração de processo administrativo.
- (D) Não, cabe somente à administração pública revogar os seus próprios atos através do princípio da autotutela, visto que o ato foi reconhecido como ilegal, porém é necessária a prévia instauração de procedimento administrativo.
- (E) Não, cabe somente à administração pública revogar os seus próprios atos, cabendo à decisão judicial decretar a sua anulação.

Questão 49

Servidor público que pratica uma infração funcional deverá ser penalizado por meio do poder:

- (A) Normativo que cabe à Administração.
- (B) Disciplinar que cabe à Administração.
- (C) Hierárquico que cabe à Administração.
- (D) De Polícia que cabe à Administração.
- (E) Vinculado que cabe à Administração.

Questão 50

Márcio foi baleado e levado ao hospital público do Município Alpha para socorro médico. Após alguns dias internado em estado crítico, uma pessoa não identificada entrou nas dependências do hospital e atirou contra ele, causando o seu óbito, conseguindo empreender fuga. Deverá o Estado ser responsabilizado civilmente por este episódio? Faça o julgamento e marque a alternativa correta:

- (A) O Estado deverá ser responsabilizado civilmente pelo ato praticado por terceiro, cabendo a ele fornecer o mínimo de segurança a seus pacientes.
- (B) O Estado deverá ser responsabilizado exclusivamente por não ter capturado o infrator, não sendo a responsabilidade civil objetiva devido à situação ser reconhecida como imprevisível.
- (C) O Estado não deverá ser responsabilizado pelo ato praticado por terceiro, posto que o paciente já se encontrava em estado crítico.
- (D) O Estado não deverá ser responsabilizado pelo ato praticado por terceiro, tendo ele fornecido o mínimo de segurança a seu paciente, apesar do infrator não ter sido capturado.
- (E) O Estado não deverá ser responsabilizado pelo ato praticado por terceiro, inexistindo assim o nexo causal entre a ação e o hospital.

Questão 51

A Emenda Constitucional N° 103 de 12/11/2019 alterou o sistema de Previdência Social. Acerca sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado no âmbito da União, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
- (B) A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (C) A lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, desde que não se encontrem em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência.
- (D) É permitida a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.
- (E) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

Questão 52

O benefício especial instituído para os segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina através da Lei Complementar Estadual nº 795 de 06/01/2022, estabelece que:

- (A) faz jus ao Benefício Especial os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo ou provisório do Estado.
- (B) o valor do Benefício Especial não será superior a 20 (vinte) vezes o salário de contribuição, no caso de aplicação da Fórmula 1.
- (C) faz jus ao Benefício Especial os servidores públicos que possuem salário de contribuição, no RPPS/SC, em valor não superior ao limite máximo fixado para os benefícios do RGPS.
- (D) o valor do Benefício Especial não será superior a 40 (quarenta) vezes a parcela do salário de contribuição que exceder o limite máximo de benefícios do RGPS, no caso de aplicação da Fórmula 2.
- (E) o pagamento do Benefício Especial poderá ser feito em até 90 (noventa) parcelas mensais, com início a partir do mês subsequente à adesão patrocinada ao RPC-SC.

Questão 53

À luz da Lei Complementar Estadual nº 773 de 11 de agosto de 2021, na hipótese de acumulação de pensões, fica assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

- (A) 10% (dez por cento) do valor que exceder a 5 (cinco) salários-mínimos.
- (B) 20% (vinte por cento) do valor que exceder a 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos.
- (C) 40% (quarenta por cento) do valor que exceder a 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos.
- (D) 50% (cinquenta por cento) do valor que exceder a 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos.
- (E) 60% (sessenta por cento) do valor que exceder a 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 3 (três) salários-mínimos.

Questão 54

Sobre as despesas públicas, é correto afirmar que:

- (A) na verificação do atendimento dos limites a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, serão computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- (B) é revogado de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- (C) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de 60% (sessenta por cento) para a União.
- (D) para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração líquida do servidor, sem qualquer dedução ou retenção.
- (E) a repartição dos limites com a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder na esfera estadual 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados.

Questão 55

A Lei Federal nº 13.954 de 2019 alterou regras referentes à Previdência dos militares. No tocante ao tema, está correto o que se diz em:

- (A) O percentual da contribuição mensal para pensão por morte será de 10,5% (dez e meio por cento), a partir de 1º de janeiro de 2020.
- (B) São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, os militares das Forças Armadas e os seus pensionistas.
- (C) São considerados dependentes do militar o tutelado ou o curatelado inválido ou menor de 21 (vinte e um) anos de idade que viva sob a sua guarda por decisão judicial.
- (D) A transferência de ofício para a reserva remunerada ocorrerá sempre que o militar atingir da idade-limite de 69 (sessenta e nove) anos nos postos de Contra-almirante, General de Brigada e Brigadeiro.
- (E) A contribuição para a pensão militar não incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.

Questão 56

Sobre a transferência de ofício de militar para a reserva remunerada, ocorrerá sempre que o militar atingir :

- (A) a idade-limite de 68 (sessenta e oito) anos, nos postos de Contra-almirante, General de Brigada e Brigadeiro.
- (B) a idade-limite de 67 (sessenta e sete) anos, nos postos de Capitão de Fragata e Tenente-Coronel.
- (C) a idade-limite de 64 (sessenta e quatro) anos, nos postos de Capitão de Corveta e Major.
- (D) a idade-limite de 61 (sessenta e um) anos, nos postos de Capitão-Tenente, Capitão e oficiais subalternos.
- (E) a idade-limite de 55 (cinquenta e cinco) anos, nos postos de Almirante de Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro.

Questão 57

Na hipótese do servidor público, de boa-fé, receber indevidamente valores da Administração Pública, por erro de direito, faz-se necessária a devida restituição? Julgue a hipótese e marque a alternativa correta:

- (A) Sim. O servidor público deverá restituir a quantia recebida indevidamente.
- (B) Sim. O servidor público deverá restituir a quantia recebida indevidamente através do desconto em seu salário.
- (C) Não. O servidor público não deverá restituir a quantia, por ter sido erro de direito, ante a boa-fé da sua ação.
- (D) Não. O servidor não deverá restituir a quantia, mesmo que recebida indevidamente e de má-fé.
- (E) Não. O servidor não deverá restituir a quantia recebida e nem poderá a administração retroceder, sendo direito adquirido o aumento em seu salário.

Questão 58

Policiais militares ao fazerem um patrulhamento ostensivo em um bairro residencial famigerado por ocorrências envolvendo tráfico de drogas, avistaram um cidadão que demonstrou nervosismo quando da chegada da equipe policial. Perante a situação, os policiais decidiram revistar o referido cidadão alegando fundada suspeita. Sobre a situação hipotética, está correto o que se afirma em :

- (A) A revista foi legal, uma vez que os policiais militares detêm do poder de polícia para exercer a suas funções.
- (B) A revista foi legal ao fato que o suspeito demonstrou nervosismo na presença dos policiais.
- (C) A revista se caracterizará como legal somente se os policiais constataram que o suspeito estava praticando um crime.
- (D) A revista não foi legal, visto que a revista pessoal não é um direito do agente público.
- (E) A revista não foi legal, dado que a percepção de nervosismo não se qualifica como uma suspeita fundada para fins de busca pessoal.

Questão 59

João, tabelião em um dos cartórios situados no estado de Santa Catarina, comete erro ao registrar uma certidão de nascimento, causando danos a terceiros. A responsabilidade civil do Município perante este caso é a seguinte:

- (A) O Estado detém responsabilidade subjetiva perante seus servidores.
- (B) O Estado detém responsabilidade objetiva perante seus servidores, caso tenham eles agido de má-fé.
- (C) O Estado detém responsabilidade objetiva perante o tabelião, tendo o direito de regresso contra o responsável.
- (D) O Estado detém responsabilidade objetiva perante o tabelião, no entanto não lhe cabe o dever de regresso.
- (E) O Estado não tem responsabilidade perante o tabelião, uma vez que agiu de boa-fé.

Questão 60

O Instituto de Previdência Social (INSS) é considerado uma:

- (A) sociedade de economia mista.
- (B) autarquia.
- (C) fundação pública.
- (D) empresa pública.
- (E) sociedade econômica.

Questão 61

A empresa privada "X" venceu uma licitação para prestar serviço ao Estado pelo período de 15 anos e, após uma década da assinatura do contrato, o controle societário foi transferido para outras pessoas diferentes daquelas que havia no momento daquela assinatura. Neste caso:

- (A) deverá o Estado realizar uma nova licitação sempre que ocorrer alguma mudança contratual imprevista.
- (B) deverá o Estado realizar uma nova licitação uma vez que o controle societário da empresa foi modificado.
- (C) o Estado não precisará realizar uma nova licitação, desde que o poder público concorde com a transferência de controle societário.
- (D) o Estado não precisará realizar uma nova licitação ao fato que já se passou uma década da assinatura do contrato.
- (E) o Estado não precisará realizar uma nova licitação, sendo de livre arbítrio das partes privadas conceder a transferência da concessão.

Questão 62

A administração pública indireta presta serviços de forma:

- (A) centralizada.
- (B) concentrada.
- (C) condicionada.
- (D) descentralizada.
- (E) híbrida.

Questão 63

O planejamento orçamentário tem grande importância para a Administração Pública, sendo um instrumento de identificação das prioridades do governo na gestão do dinheiro público. Sobre o tema, está correto o que se diz em:

- (A) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (B) O Plano Plurianual tem vigência de 1 (um) ano, tendo como objetivo as prioridades do próximo ano.
- (C) É o orçamento anual propriamente dito, com a estimativa da receita e a fixação das despesas do governo.
- (D) A Constituição Federal determina que o orçamento do Plano Plurianual deverá ser votado e aprovado até o final de cada exercício.
- (E) O Plano Plurianual orientará a elaboração da lei orçamentária anual, tendo como objetivo estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

Questão 64

A alternativa correta acerca do Direito Administrativo e suas fontes primárias e secundárias é:

- (A) Como fonte primária do direito temos a jurisprudência, sendo ela um conjunto de decisões, aplicações e interpretações das leis.
- (B) Como fonte primária do direito temos os costumes que norteiam a sociedade e exigem obediência dos administradores aos comandos legais.
- (C) Como fonte primária do direito temos as leis delegadas e as leis ordinárias.
- (D) Como fonte secundária direito temos a doutrina, que por não ter exigência legal, tem pouca utilidade no Direito.
- (E) Como fonte secundária do direito temos as leis complementares e medidas provisórias.

Questão 65

Márcio, detento que cumpria pena em regime fechado em um presídio, fugiu e se escondeu no interior do Estado. Meses após, o fugitivo praticou crime de roubo com violência à mão armada, tendo como consequência o falecimento de uma das vítimas. Acerca da situação, cabe aos familiares da vítima ajuizar ação de indenização contra a Administração Pública? Julgue a escolha a resposta correta:

- (A) Cabe aos familiares da vítima ajuizar ação de indenização contra a Administração Pública, sendo em regra objetiva a responsabilidade civil decorrente da omissão do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, sem necessidade de comprovação do nexo causal.
- (B) Cabe aos familiares da vítima ajuizar ação de indenização contra a Administração Pública, sendo em regra objetiva a responsabilidade civil decorrente da omissão do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando comprovado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- (C) Cabe aos familiares da vítima ajuizar ação de indenização contra a Administração Pública, sendo absoluta a responsabilidade civil decorrente da omissão do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional.
- (D) Não cabe aos familiares da vítima ajuizar ação de indenização contra a Administração Pública, devido que os atos omissivos do Estado possuem responsabilidade subjetiva perante terceiros.
- (E) Não cabe aos familiares da vítima ajuizar ação de indenização contra a Administração Pública dado que o crime foi cometido fora de seu poder, tendo o Estado como regra responsabilidade subjetiva perante terceiros.

Questão 66

À luz da Emenda Constitucional Nº 103 de 12/11/2019, o servidor público federal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- (A) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem; 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos.
- (B) 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem; 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público; 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos.
- (C) 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem; 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; 6 (seis) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos.
- (D) 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem; 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem.
- (E) 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem; 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 85 (oitenta e cinco) pontos, se mulher, e 95 (noventa e cinco) pontos, se homem.

Questão 67

Sobre a Resolução IPREV nº 001/2022 e o requerimento de pensão por morte, é correto afirmar que:

- (A) o pedido inicial de pensão por morte será requerido, prioritariamente, por meio físico e depois por meio eletrônico.
- (B) é indispensável à análise do requerimento na categoria cônjuge e companheiro(a) ser autenticado em cartório 01(um) comprovante de residência, com data de expedição máxima de 12 (doze) meses anteriores ao óbito.
- (C) o Requerido deverá firmar termo de sigilo e confidencialidade relativo aos dados pessoais de terceiros que tiver acesso por meio do processo de pensão.
- (D) é imprescindível que haja o correto preenchimento do formulário de requerimento de pensão, devendo constar obrigatoriamente o número de telefone para comunicação entre o IPREV e Requerente.
- (E) é necessário e indispensável à análise do requerimento do dependente na categoria de COMPANHEIRO(A), as assinaturas das testemunhas que firmarem declaração na Declaração de Convívio Marital Post Mortem deverão estar assinadas e com firma reconhecida em cartório por autêntica.

Questão 68

Acerca do nível 02 de atendimento, é correto afirmar que:

- (A) será permitida a gravação parcial da vídeochamada pelo requerente, sendo aceito prepostos para participar do atendimento.
- (B) cabe o atendimento em função do assunto requerido, como em informações técnicas e normativas de processos e orientação sobre averbação.
- (C) no atendimento cabe a transmissão de dados, documentos ou qualquer tipo informações acerca de terceiros, seja verbal, digital ou documento físico.
- (D) o atendimento presencial ao usuário dar-se-á na Central de Atendimento quando presencial, sendo necessária a entrada de acompanhante.
- (E) poderá o usuário agendar atendimento por vídeochamada e o link da reunião será enviado pelo IPREV a partir de 20 minutos antes do horário da chamada.

Questão 69

A Resolução IPREV nº 004/2022 trata do recadastramento dos beneficiários. Sobre o tema, está correto o que se afirma em:

- (A) A atualização cadastral será exigida a cada dois anos, podendo se dar por meio de procurador constituído, termo de curatela ou termo de tutela autenticados caso o procedimento seja feito por terceiros, ressalvada a outorga à advogado legalmente constituído.
- (B) Há dois procedimentos distintos no recadastramento, sendo a prova de vida certificação documental obrigatória com a finalidade de comprovar a manutenção da condição de beneficiário.
- (C) A atualização cadastral será realizada mediante verificação automatizada junto aos bancos de dados de registro civil em todo o território nacional.
- (D) Para a realização da atualização cadastral o beneficiário deverá apresentar, entre os documentos exigidos, comprovante de residência atualizado, podendo ser de água, luz, telefone, internet, com data de vencimento não inferior a 6 (seis) meses.
- (E) A suspensão e ou cancelamento de benefício previdenciário poderá ocorrer em até 60 (sessenta) dias após vencidos os prazos dos procedimentos requeridos.

Questão 70

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao final de cada semestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos o Relatório de Gestão Fiscal.
- (B) Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de noventa dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
- (C) É facultado aos Municípios com população inferior a sessenta mil habitantes optar por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal.
- (D) A empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho incluirá em seus balanços semestrais nota explicativa em que informará fornecimento de bens e serviços ao controlador, com respectivos preços e condições, comparando-os com os praticados no mercado.
- (E) O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinarçar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

Questão 71

Uma empresa do ramo alimentício foi dissolvida sem cumprir as formalidades legais, caracterizando-se por uma dissolução irregular, tendo o fisco ajuizado ação contra o sócio administrador. Este se defendeu afirmando que entrou no quadro societário após a formação do débito que está sendo cobrado, portanto, o redirecionamento não poderia recair contra ele, já que, no momento do fato gerador, ele não era sócio. Sobre o caso exposto, cabe à Administração Pública:

- (A) ajuizar ação contra o atual sócio administrador da empresa por se tratar de uma dissolução irregular, visto que detém poderes de administração.
- (B) ajuizar ação contra o atual sócio administrador, tendo ele poder de administração ou não.
- (C) ajuizar ação contra o antigo sócio administrador da empresa, visto que o débito foi constituído antes da entrada do novo sócio.
- (D) ajuizar ação contra o antigo sócio administrador da empresa, embora tenha se retirado regularmente e não deu causa à sua posterior dissolução irregular.
- (E) ajuizar ação contra o antigo sócio administrador da empresa e não contra o atual administrador, mesmo que ele tenha poder de administração na data em que se foi configurada ou presumida a dissolução irregular.

Questão 72

Imagine a seguinte situação: Um paciente foi diagnosticado com uma doença gastrointestinal, precisando de medicamento não citado na lista de fornecimento gratuito pelo SUS. Poderá ele ajuizar ação para que o Estado forneça este medicamento? Julgue a situação e marque a alternativa correta:

- (A) Poderá o paciente ajuizar ação em busca da obtenção do medicamento, sendo este um direito absoluto e sem restrição de requisitos.
- (B) Poderá o paciente ajuizar ação em busca da obtenção do medicamento desde que seja ele registrado pela ANVISA, além de comprovar por laudo médico fundamentado a sua necessidade de uso e comprovação de incapacidade financeira.
- (C) Poderá o paciente ajuizar ação em busca de obtenção do medicamento, tendo que comprovar somente a sua necessidade de uso e incapacidade financeira, sem necessidade de o medicamento ser registrado na ANVISA.
- (D) Não poderá o paciente ajuizar ação em busca de obtenção do medicamento visto que ele não está listado na lista de fornecimento gratuito do SUS, impossibilitando o seu fornecimento.
- (E) Não poderá o paciente ajuizar ação em busca de obtenção do medicamento já que a saúde é um direito relativo constitucional.

Questão 73

A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Acerca da lei, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- (B) na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.
- (C) a competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica não poderá ser delegada, nem a subdelegação.
- (D) no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contados a partir da intimação.
- (E) o processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 4 (quatro) ou mais servidores estáveis.

Questão 74

A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta, visando, em especial, a proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Acerca da prioridade de tramitação, terá prioridade na tramitação:

- (A) pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- (B) pessoa portadora de tuberculose latente.
- (C) pessoa portadora de espondiloartrose anquilosante.
- (D) pessoa portadora de doença adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, contraída antes do início do processo.
- (E) pessoa portadora de paralisia, sendo ela reversível ou não.

Questão 75

Sobre os direitos e deveres do administrado perante a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- (A) É dever do administrado ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- (B) É dever do administrado formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- (C) É direito do administrado prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (D) É direito do administrado fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- (E) É direito do administrado não agir de modo temerário.

Questão 76

Sobre o armazenamento de materiais, é correto afirmar que:

- (A) armazenagem por agrupamento permite bom aproveitamento do espaço.
- (B) armazenagem por tamanhos é destinado a materiais que exigem tratamento especial.
- (C) armazenagem por frequência facilita as tarefas de arrumação e busca, mas nem sempre permite o melhor aproveitamento do espaço.
- (D) armazenagem especial implica armazenar tão próximo quanto possível da saída os materiais que tenham maior frequência de movimentos.
- (E) armazenagem especial de inflamáveis obedecem rígidas normas de segurança.

Questão 77

O ato administrativo que tem como finalidade a intervenção estatal na propriedade privada, objetivando a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional denomina-se:

- (A) Gestão patrimonial.
- (B) Controle de bens.
- (C) Licitação de bens.
- (D) Tombamento de bens.
- (E) Alienação de bens.

Questão 78

A alienação de bens no setor público ocorre quando:

- (A) há intervenção estatal na propriedade privada a fim de proteger bens móveis ou imóveis dotados de valor cultural.
- (B) há intervenção estatal na propriedade pública a fim de proteger bens móveis ou imóveis dotados de valor cultural.
- (C) há transferência de propriedade pública a terceiros, sendo vedada a modalidade de doação.
- (D) há transferência de propriedade pública a terceiros, sendo priorizado o princípio da supremacia do interesse privado.
- (E) há transferência de propriedade pública a terceiros, sendo comprovado o interesse público e observadas às normas legais.

Questão 79

Prefeito da cidade contrata escritório de advocacia de forma direta, afirmando que o objeto da licitação é inexigível. A contratação foi realizada de forma legal? Julgue a situação e marque a alternativa correta:

- (A) A contratação foi ilegal, visto que se é necessário a realização de licitação sempre que o Estado precisar contratar empresa privada.
- (B) A contratação foi ilegal e mesmo tendo o prefeito agido sem dolo específico e nem causado prejuízo aos cofres públicos, não cabe a ele absolvição criminal.
- (C) A contratação foi ilegal, sendo necessário o requisito da singularidade do serviço advocatício para que a licitação seja válida.
- (D) A contratação será considerada legal, se demonstrada notória especialização e a natureza intelectual do trabalho.
- (E) A contratação foi legal, ao fato que escritório de advocacia tem prerrogativas de contratação, sem necessidade de comprovação de requisitos para ocorrer a licitação.

Questão 80

À luz da Lei complementar nº 741/2019, compete à Controladoria-Geral do Estado:

- (A) requisitar dados, informações e documentos relativos a procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade da Administração Pública Estadual.
- (B) coordenar a elaboração do plano de contingência estadual e fomentar a elaboração dos planos de contingência municipais.
- (C) normatizar, supervisionar, controlar, orientar e formular políticas de gestão de pessoas, envolvendo planos de carreira, cargos e vencimentos dos servidores públicos civis e dos militares estaduais.
- (D) oferecer suporte à implantação de Núcleos de Gestão de Projetos nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual.
- (E) planejar, formular, normatizar e executar as políticas públicas para o sistema prisional do Estado.

Questão 81

O juiz da comarca Beta concedeu uma entrevista a um jornal local de grande circulação demonstrando insatisfação com a soltura de certo investigado pela prática do crime de latrocínio. Cabe ao réu alegar como defesa suspeição do juiz?

- (A) Cabe ao réu alegar suspeição, em razão do juiz não ter prerrogativa e imunidade de função.
- (B) Cabe ao réu alegar suspeição, em razão de ser dever do juiz não comentar sobre casos que estão em seu poder de julgamento.
- (C) Cabe ao réu alegar suspeição, em razão do juiz ter emitido insatisfação por meio de jornal e não por declaração emitida de forma oficial.
- (D) Não cabe ao réu alegar suspeição visto que não há impedimentos ao juiz, tendo ele discricionariedade absoluta em seus atos, mesmo que possua situação pessoal de inimizade com o réu.
- (E) Não cabe ao réu alegar suspeição, em razão de ser livre a manifestação de pensamento, tendo o juiz o livre exercício do direito de manifestação já que não tratou do conteúdo dos autos e sim fez manifestação sobre os fatos.

Questão 82

A modalidade pregão foi instituída pela Lei nº 10.520/2002 e sobre a fase preparatória do pregão, assinale a alternativa correta.

- (A) A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
- (B) Não há necessidade a autoridade competente justificar a necessidade de contratação, devendo definir o objeto do certame e as exigências de habilitação.
- (C) No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio não poderão ser desempenhadas por militares.
- (D) A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, podendo posteriormente fixar os prazos para fornecimento.
- (E) É obrigatório, nos termos de regulamentos próprios da União, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação.

Questão 83

O Decreto nº 9.830/2019 regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. Sobre a responsabilização do agente público na hipótese de dolo ou erro grosseiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O mero nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso implica responsabilização do agente público.
- (B) O montante do dano ao erário, sendo expressivo, poderá por si só ser elemento para caracterizar o erro grosseiro ou o dolo.
- (C) Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e escusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com negligência, imprudência ou imperícia.
- (D) No exercício do poder hierárquico, só responderá por culpa in vigilando aquele cuja omissão caracterizar erro grosseiro ou dolo.
- (E) A responsabilização pela opinião técnica se estende de forma automática ao decisor que a adotou como fundamento de decidir, bastante para sua configuração se estiverem presentes elementos mínimos para o decisor aferir o dolo ou o erro grosseiro.

Questão 84

O orçamento público é regido por princípios orçamentários, e entre eles há um que estabelece que: “não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa”. Trata-se do:

- (A) Princípio da universalidade.
- (B) Princípio da pureza ou exclusividade orçamentária.
- (C) Princípio da periodicidade.
- (D) Princípio da especificação.
- (E) Princípio da não afetação das despesas.

Questão 85

A idade mínima é uma das condições para elegibilidade a cargo político. Sendo assim, para Presidente da República, Governador e Deputado Estadual, respectivamente, a idade mínima estabelecida pela constituição é de:

- (A) (35) trinta e cinco anos para Presidente, (30) trinta anos para Governador e (18) dezoito anos para Deputado Estadual.
- (B) (35) trinta e cinco anos para Presidente, (32) trinta e dois anos para Governador e (21) vinte e um anos para Deputado Estadual.
- (C) (35) trinta e cinco anos para Presidente, (30) trinta anos para Governador e (21) vinte e um anos para Deputado Estadual.
- (D) (40) quarenta anos para Presidente, (30) trinta anos para Governador e (21) vinte e um anos para Deputado Estadual.
- (E) (40) quarenta anos para Presidente, (35) trinta e cinco anos para Governador e (21) vinte e um anos para Deputado Estadual.

Questão 86

Por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), o Poder Legislativo fiscaliza a Administração Pública. Sobre o tema, está correto o que se afirma em :

- (A) As comissões parlamentares de inquérito têm caráter permanente, sendo vedadas comissões temporárias.
- (B) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros.
- (C) Às comissões, apesar de em razão da matéria de sua competência, não cabe realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- (D) Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na penúltima sessão ordinária do período legislativo.
- (E) Às comissões Parlamentares de Inquérito, em razão da matéria de sua competência, cabe convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

Questão 87

A decadência administrativa é a perda do direito potestativo pela inércia do seu titular no período determinado em lei. Por conseguinte, o prazo decadencial para os atos administrativos é de:

- (A) 2 (dois) anos.
- (B) 3 (três) anos.
- (C) 4 (quatro) anos.
- (D) 5 (cinco) anos.
- (E) 10 (dez) anos.

Questão 88

Conforme a Lei Complementar Estadual nº 412 de 26/06/2008, considera-se:

- (A) a dependência econômica como a renda familiar bruta mensal igual ou inferior ao valor do salário-mínimo.
- (B) o pensionista como o segurado ou o seu dependente, em gozo de benefício especificado nesta Lei Complementar.
- (C) a insuficiência de recursos como a situação em que determinada pessoa vive às expensas do segurado, em razão da inexistência ou da insuficiência de recursos para o sustento próprio.
- (D) o regime de capitalização como aquele no qual as contribuições previdenciárias são arrecadadas ao longo do período laborativo para custear o pagamento de benefícios previdenciários futuros, com cobertura de eventuais déficits pelo Tesouro do Estado.
- (E) a reserva matemática como o valor destinado ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e gestão do RPPS/SC e ao funcionamento de sua unidade gestora.

Questão 89

No tocante à aplicação da Lei Complementar Estadual nº 661 de 02/12/2015 está correto o que se afirma em:

- (A) O regime jurídico de pessoal da SCPREV é previsto na legislação civil do regime jurídico brasileiro.
- (B) É vedada a cessão de empregados da SCPREV a órgãos públicos do Estado de Santa Catarina, da administração direta ou indireta, ou de outros entes da federação.
- (C) O participante afastado ou licenciado do cargo temporariamente, com ou sem remuneração, não poderá ser mantido no plano de benefícios, na forma do regulamento.
- (D) A demonstração da viabilidade econômica, financeira e atuarial deverá considerar o número máximo de participantes, o valor esperado das contribuições e as despesas administrativas da SCPREV.
- (E) A gestão própria dos recursos garantidores define-se como a aplicação de recursos por intermédio de instituições financeiras ou de outra instituição autorizada e registrada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Questão 90

A respeito da aposentadoria por incapacidade permanente e a Lei Complementar Estadual nº 773 de 11/08/2021, é correto afirmar que:

- (A) o segurado aposentado por incapacidade permanente será submetido a avaliação médica periódica para que seja atestada a permanência dos motivos que lhe causaram a incapacidade laboral, respeitada a periodicidade mínima de 2 (dois) anos e máxima de 5 (cinco) anos, limitada à idade máxima de 60 (sessenta) anos.
- (B) as provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzidas em período não superior a 12 (doze) meses antes da data do óbito, não admitida a prova exclusivamente testemunhal.
- (C) fica o IPREV autorizado a fornecer às instituições de proteção ao crédito informações a respeito dos créditos previdenciários e não previdenciários inscritos em dívida ativa.
- (D) o período compreendido entre o término da licença para tratamento de saúde e a publicação do ato de aposentadoria por incapacidade permanente não será considerado como prorrogação da licença.
- (E) o segurado aposentado por incapacidade permanente poderá exercer qualquer atividade remunerada, desde que consiga executá-la.

Questão 91

Supondo que um determinado Prefeito nomeasse seu cônjuge para exercício de cargo de confiança no município. À luz da Lei nº 8.429/1992, o ato cometido se caracterizaria como ato de improbidade administrativa:

- (A) que atenta contra os princípios da administração pública.
- (B) que importa enriquecimento ilícito.
- (C) que causa prejuízo ao erário.
- (D) decorrente de concessão.
- (E) decorrente da aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Questão 92

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá:

- (A) as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
- (B) os orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal.
- (C) quando e onde gastar o dinheiro público federal no período de dois anos, com base no valor total arrecadado pelos impostos.
- (D) metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública, tendo vigência de quatro anos.

Questão 93

A dívida fundada compreende:

- (A) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- (B) os depósitos contraídos pela Administração Pública, por um breve e determinado período.
- (C) os débitos de tesouraria, que não integram o orçamento público.
- (D) os serviços da dívida a pagar, cujo pagamento independe de autorização orçamentária.
- (E) os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

Questão 94

Uma empresa estatal de economia mista contratou uma empresa privada para transportar óleo diesel. Durante o transporte, houve um vazamento em uma área de proteção ambiental. De acordo com os Tribunais Superiores, qual seria a responsabilidade do Estado perante em virtude deste episódio? Julgue a situação e marque a alternativa correta:

- (A) A responsabilidade administrativa neste caso é subjetiva, devendo obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, e com demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano.
- (B) A responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, exigindo a presença do dolo ou culpa para sua configuração, sem a necessidade da demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano.
- (C) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, independentemente da existência de culpa, cabendo indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
- (D) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, exigindo a presença do dolo ou culpa para sua configuração, além da demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano.
- (E) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, cabendo somente ao Estado indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente, ao fato que a empresa contratante foi uma empresa estatal de economia mista.

Questão 95

São elementos constitutivos dos serviços públicos:

- (A) o objetivo, o formal e o material.
- (B) o subjetivo, o formal e o material.
- (C) o objetivo, o legal e o material.
- (D) o subjetivo, o formal e o moral.
- (E) o objetivo, o formal e o moral.

Questão 96

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, possuindo a seguinte função institucional:

- (A) promover, privativamente, a ação civil pública, na forma da lei.
- (B) exercer o controle interno da atividade policial.
- (C) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- (D) promover o indiciamento no bojo da ação penal pública.
- (E) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Questão 97

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, está correto o que se diz em:

- (A) A pequena propriedade rural não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- (B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- (C) É livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.
- (D) As entidades associativas, prioritariamente, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (E) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, mesmo que não atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Questão 98

Em Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes, deverá ser respeitado o limite máximo de:

- (A) 21 (vinte e um) vereadores.
- (B) 23 (vinte e três) vereadores.
- (C) 25 (vinte e cinco) vereadores.
- (D) 27 (vinte e sete) vereadores.
- (E) 29 (vinte e nove) vereadores.

Questão 99

Motorista que conduzia carro pela noite, caiu em uma cratera na pista em uma rodovia estadual, resultando na morte. Após averiguação, foi verificada que a cratera tinha ocorrido algumas horas antes do acidente e que o Departamento Estadual de Estradas, mesmo sabendo do ocorrido, não sinalizou devidamente a obstrução da estrada. Acerca da Responsabilidade Civil visando reparação dos danos, assinale a assertiva correta:

- (A) A responsabilidade do Estado é sempre objetiva, cabendo a indenização por danos morais.
- (B) A responsabilidade do Estado por omissão é objetiva, cabendo a indenização por danos morais.
- (C) A responsabilidade do Estado é sempre subjetiva, cabendo a comprovação da conduta omissiva e culposa, o dano e o nexo causal entre ambos.
- (D) A responsabilidade do Estado por omissão é subjetiva, sendo necessário o reconhecimento da responsabilidade estatal pelo acidente que ocorreu com o evento em morte na rodovia.
- (E) Não cabe a responsabilização do Estado perante acidentes ocorridos em rodovias estaduais, devendo o condutor dirigir com cuidado e por sua responsabilidade.

Questão 100

A classificação de materiais tem como uma de suas funções o controle em estoque. O atributo objetivo que se destina a caracterizar os aspectos dos materiais armazenados denomina-se:

- (A) Abrangência.
- (B) Flexibilidade.
- (C) Simplicidade.
- (D) Precisão.
- (E) Praticidade.